

MEU

ADMINISTRAÇÃO POPULAR, VALORIZANDO A VIDA

PARA DEBATER UM PROJETO GLOBAL

O sucesso político da Administração Popular, nos seus primeiros dias de governo não pode iludir. Esse sucesso foi resultado de medidas que exercem efeito político no senso comum alienado. Mas é efeito sem solidez, facilmente destruído por uma ofensiva de contra-propaganda. A Administração Popular, pela inexperiência e pelas dificuldades naturais de controle da máquina administrativa, tem inevitavelmente fragilidades que podem ser presa fácil de qualquer esforço de ataque das classes dominantes organizadas. É preciso constituir uma política de estabelecimento de uma sólida relação com as massas, de uma nova relação da Prefeitura com os cidadãos, uma relação que não seja facilmente abalada pela exploração de problemas ou questões pontuais.

A necessidade de um programa sólido que estabeleça essa relação com as massas é ressaltada pelos próximos momentos que serão vividos pela Administração. À nossa frente está o problema do funcionalismo (cuja relação com a Administração precisa ser minuciosamente equacionada em termos salariais e políticos), o da crise financeira da Prefeitura (cujas finanças foram destroçadas pelo governo Collares), o da necessidade de modernização administrativa (cuja máquina, emperrada e arcaica, precisa ser tornada produtiva). Solucionar com sucesso esses

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

problemas não credencia a Administração Popular diante das massas: esses são problemas "internos" e relativamente invisíveis para as massas.

Esses problemas "internos" agem sobre os dirigentes da Administração Popular como uma "máquina de moer carne": trituram e esmagam as energias criadoras e absorvem todo o poder de iniciativa. É urgente, portanto, romper a rotina dos problemas "internos", a "lógica da objetividade" dos problemas de que se impõem pela imediaticidade e retomar o debate de um projeto global para a Administração Popular. É o que aqui propomos, sugerindo bases para a discussão de um conceito para a Administração Popular.

PREMISSAS PARA DEBATER UM CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO

A formulação de um programa para Administração Popular exige que se pense suas metas numa perspectiva revolucionária e de construção do socialismo, mas inseridas no contexto capitalista e de um regime objetivamente autoritário e excludente como é o regime resultante da transição conservadora no Brasil.

A fragilidade da organização popular e suas limitadas possibilidades de enfrentamento do projeto burguês fazem com que a tarefa histórica da Administração Popular seja:

a) desenvolver um acúmulo de forças do movimento popular, no sentido da compreensão do seu papel histórico e da sua organização autônoma;

b) afirmar uma estratégia defensivo-ofensiva, que resguarde posições de caráter democrático e busque avanços no sentido de radicalização dessa democracia.

O programa da Administração Popular, controlando uma máquina administrativa integrante do Estado burguês, deve realizar a potencialidade universalizadora desse Estado. O Estado aqui é tomado como a "agência" que expressa a concentração de poder em determinadas classes e distribui as possibilidades da política. O Estado atua como essa "agência" organizadora e controladora da "qualidade" das práticas sociais e sua reprodução, assim universalizando o projeto da "parte" que a controla.

A Frente Popular é integrada por partidos que também constituem uma "parte", mas é "parte" que se apresenta a toda sociedade como portadora de um projeto global, como "parte" capacitada para protagonizar uma alternativa ao projeto burguês. Por isso, ao assumir o controle administrativo de um segmento do Estado burguês, essa "parte" deve transformar esse controle administrativo num controle político, e projetar essa política no sentido da sua universalização. Entendida a política, aqui, no sentido de constituir um trânsito da particularidade para a universalidade. A "parte" faz política quando realiza socialmente práticas sociais qualitativamente determinadas e com estas disputa a aceitação do todo.

As possibilidades políticas definem o poder. A política nasce de uma luta pelas possibilidades de exercê-la. Fazer política é lutar por uma distribuição social dessas possibilidades. O fundamento da política, portanto, não é a "luta pelo poder". Ao contrário, o poder é que é a distribuição das possibilidades políticas. O poder é a distribuição das possibilidades concretas do exercício da política. Isto é, a distribuição das possibilidades concretas, na sociedade, de fazer transitar práticas sociais qualitativamente determinadas.

O controle da máquina administrativa de uma Prefeitura Municipal abre limitadas possibilidades de reestruturação das práticas sociais e das relações econômicas que as envolvem. Mas há imensas possibilidades políticas. Franquear e estimular a participação política das massas, naqueles assuntos que as tocam mais imediatamente - como ocorre com os assuntos municipais - são algumas das melhores possibilidades de uma Administração municipal que se pretenda Popular. É necessário que a Administração Popular privilegie esse papel da política a partir de uma noção de cidadania em novas bases.

Essas noções compõem um amplo e incipiente debate. E as referências telegráficas aqui efetuadas apenas indicam o sentido geral das premissas para discutir as propostas de objetivos estratégicos para a Administração Popular que aqui apresentaremos.

O CONCEITO DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR

O conceito da Administração Popular pode ter uma síntese genérica que aqui não nos arriscaremos a fazer. Mas esse conceito, sem dúvida, deve ser a confluência de diversas perspectivas no sentido de um projeto global. A seguir, apresentaremos algumas perspectivas que devem compor esse conceito.

a) A DIMENSÃO ADMINISTRATIVA - A moralização, a racionalização administrativa da Prefeitura, bem como a recomposição de sua produtividade não devem ser tratados como objetivos em si. Caso contrário, estaríamos apenas "gerenciando a crise", sem diferença de qualquer outro partido burguês. A busca de funcionalidade para a máquina administrativa deve ser apresentada publicamente como a produção de meios para se alcançar objetivos políticos de interesse popular.

b) A DIMENSÃO IDEOLÓGICA E ÉTICA - A Administração Popular deve atuar com uma nova perspectiva ética que renuncie ao cinismo da igualdade formal democrático-burguesa e que aponte para uma verdadeira humanização das relações sociais. Também deve gerar um "lógica de idéias", uma ideologia, que afirme radicalmente os valores humanistas com os quais o pensamento liberal ornamenta o poder burguês. Deve disseminar uma ideologia com valores novos que se contraponha ao universo dos valores burgueses. Para fazer isso, a Administração deve impregnar todos os seus atos políticos, todas as suas práticas, todas as suas obras, com esses valores. Obras, práticas e atos devem ser tratados como veículos desses valores, dessa ética e dessa ideologia. Não há forma mais concreta de mostrar algo novo para as massas.

c) A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA - Não basta dizer que os objetivos são novos e anunciar que as práticas que levam a essas objetivos também são novas. É preciso ser criativo para reestruturar as relações sociais. É preciso engendar práticas novas, contemporâneas, que envolvam as massas de forma direta no processo político. Novas possibilidades de fazer política, de exercer direitos políticos, devem traduzir concreta e materialmente a perspectiva de poder que se busca construir. As massas aprendem a disputar o poder quando aprendem a fazer política. A Administração Popular deve convocar as massas a ter essa participação. Ao abrir-se para essa participação das massas, a Administração Popular dá o primeiro passo para a reconstituição da sociedade civil, para o exercício de uma cidadania em novas bases, que só será realizada com a organização autônoma das massas.

AS BASES PARA UM PROGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR

O conceito da Administração Popular deve amparar um programa que materialize seus valores e perspectivas. Nossa proposta é desdobrar essa programa em três eixos de atuação governamental que tenham como fio condutor a "Valorização da Vida":

a) SAÚDE,

b) CULTURA,

c) MEIO-AMBIENTE.

Esses três eixos articulariam o esforço prioritário de todas as Secretarias e órgãos da administração indireta. Esses conceitos - e, aliás, isso já foi consagrado como diretriz para a Administração Popular mesmo antes da posse - não seriam monopólio de uma Secretaria ou órgão, mas seriam o resultado da convergência de esforços de todos os órgãos.

Cada um desses eixos se desdobraria em áreas de concentração de projetos que poderiam ser esforço específico de determinados órgãos. Por exemplo, vejamos um desbramento desses eixos:

a) SAÚDE:

- Atendimento Médico,
- Saneamento,
- Abastecimento de Água,
- Habitação,
- Medicina Preventiva.

b) CULTURA:

- Atividades Artísticas e Culturais,
- Ensino,
- Lazer,
- Alimentação,
- Higiene.

c) MEIO-AMBIENTE:

- Ocupação do Solo Urbano,
- Preservação da Natureza,
- Trânsito e Transporte.

Essa abordagem, por um lado, implicaria na busca de formas de articulação das Secretarias e órgãos em busca de objetivos conjuntos. E, portanto, racionalizaria e politizaria a gestão da máquina administrativa. Por outro lado, a definição desses eixos constituiria critério para a destinação dos investimentos e concentração de esforços da Administração Popular.

Os eixos de atuação, unificados pelo sentido comum de "Valorização da Vida", seriam a referência para a definição de todos e de cada um dos projetos da Administração Popular e para a reestruturação da máquina administrativa.

Finalmente, é importante destacar que a definição desses eixos de atuação permitiria a formulação de uma política global para a Administração Popular, acabando com a atuação dispersiva e despoltizada das diversas secretarias e órgãos. Hoje, como essas unidades não têm uma política comum e atuarem em projetos parciais e desconectados, há o risco de estarem sendo abertos confrontos localizados com setores empresariais e mesmo da pequena burguesia, capazes de minar a sustentação do governo da Administração Popular. Só uma política global para a Administração Popular pode viabilizar a concepção de bases sólidas para sua sustentação.

O DOMÍNIO DO CONCEITO

O conceito de Administração Popular tem que ser comum a todos os integrantes da administração. Esse conceito deve ser portado não só pelos dirigentes mas deve penetrar em todo o funcionalismo, apresentando um projeto de dignificação do seu papel social. E mais do que isso, o conceito de Administração deve ser sustentado pelos militantes e apoiadores dos partidos integrantes da Frente Popular. A estratégia de comunicação a ser adotada deve perseguir a meta de que todos os porto-alegrenses deverão ser capazes de reproduzir o conceito da Administração e identificar seus eixos de atuação. Sem essa disseminação do conceito da Administração Popular, não se criará o movimento de massa necessário para sustentar seu projeto.

O PAPEL DOS PARTIDOS INTEGRANTES DA FRENTE

À Prefeitura cabe "prestar o melhor serviço com os limitados recursos disponíveis" e atuar sobre as contradições buscando soluções operativas. Esse é o seu limite administrativo. Do ponto de vista político deve cumprir esse dever potencializando o exercício de cidadania, criando todas as condições para que os cidadãos "entendam" as possibilidades e os limites da administração pública e do Estado como um todo, abrindo-lhes a consciência da necessidade de um novo Estado e de uma nova ordem. Cumprir esse papel já é um extraordinário

avanço em relação às administrações dos partidos tradicionais.

Aos partidos cabe orientar o ímpeto e a energia das massas. São os partidos que devem, captando as necessidades das massas, "extrair" as melhores possibilidades do aparelho administrativo em serviços para a população. Os partidos orientarão a linha política mais geral aplicada na administração, mas não se confundem com a Administração. A Administração não é uma mediação do partido com as massas. Ao contrário, o partido é que deve se apresentar - com iniciativa política - como uma mediação para as massas se relacionarem com a Administração. Essa é a base do sentido "político-pedagógico" que os partidos devem ter com as massas: devem demonstrar concretamente que a mediação orgânica e coletiva para reestruturação da sociedade é proporcionada pelo partido.

Os partidos não podem assumir - como se fossem seus - os "limites objetivos", econômicos ou institucionais, da Administração. Os partidos devem pressionar a administração para que esta responda aos problemas que as massas lhe reclamam. Os partidos devem questionar se as alternativas técnicas e administrativas pelas quais a Administração opta - com relativa independência - são as melhores. E também devem, sem demagogia, ajudar as massas a entender os limites objetivos das possibilidades da Prefeitura. Porque as massas tenderão a confrontar a Prefeitura com a necessidade de "soluções globais" que transcendem as possibilidades de um governo municipal. Os partidos não devem "resignar-se" diante das "impossibilidades objetivas" da Administração. E, diante delas, os partidos devem, se for o caso, redirecionar o ímpeto das massas no rumo em que estão as soluções, questionando os governos Estadual e Federal e outras fontes de poder.

A relação Administração/Partido, admitido esse quadro, deverá ser marcada por uma necessária tensão. Uma tensão que pode ser extremamente construtiva se tanto a Administração quanto os partidos politizarem suas relações.

Além de orientar a Administração Popular através da definição de suas linhas políticas mais gerais, os partidos devem comparecer de forma militante no apoio a seus projetos. Sem se apresentar como "donos" e "monopolizadores" desses projetos, os partidos devem oferecer o contingente de militantes necessário para criar fatos políticos.

A criação de "sábados socialistas", "mutirões" e "trabalhos voluntários" - com a Prefeitura fornecendo os equipamentos e materiais - e os partidos e apoiadores da Administração a mão-de-obra, pode ser elemento chave para a deflagração de novas relações políticas, tanto da Administração como do partido com as massas. Nesses eventos, porém, é necessário frisar que os partidos devem comparecer de forma "solidária" à Administração e não como "donos" que excluem ou hostilizam a participação de outras correntes políticas ou mesmo de setores politizados. O partido deve se afirmar perante as massas não com a arrogância de que "dirige a Administração" mas com a persistência daqueles que estão sempre "presentes" e "solidários".